

**NOTAS SOBRE RACISMO E EUGENIA EM ALGUMAS OBRAS DO MÉDICO
HIGIENISTA OCTÁVIO DE FREITAS (1871-1949)**

Argus Vasconcelos de Almeida (UFRPE)

HÉLIO FERNANDES DE MELO (UFRPE)

RESUMO: O objetivo do trabalho foi analisar o caráter racista-eugênico presente na obra do médico higienista Octávio de Freitas. A metodologia adotada foi uma revisão da literatura e a leitura de dois livros escritos por Freitas. No livro “Doenças Africanas no Brasil” há uma ambivalência que ora se manifesta entre raça e ambiente, ora entre raça e causas sociais. O racismo e o eugenismo estão presentes em sua obra de Freitas, embora ele seja considerado um ícone na medicina em Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo no Brasil; Higienismo; Eugenismo.

ABSTRACT: The purpose of this article was to analyze racist-eugenic character in literary works of the hygienist doctor Octávio de Freitas. The methodology used was a literature review and Reading two books written by Freitas. In the book “African diseases in Brazil” there is an ambivalence that manifest itself between race and environment or between race and social causes. Racism and eugenics are presente in Freitas’ work, although he is considered an icon of medicine in Pernambuco.

KEYWORDS: Racism in Brazil, Hygeinism, Eugenics

1. Introdução

Ao longo do tempo, o médico higienista Octávio de Freitas (fig.1) é uma figura emblemática no Recife. Seja pela sua ativa participação nos problemas médico-sanitários da cidade; seja por sua relevante produção intelectual; seja como professor ou seja por sua rede de influências político-acadêmicas. Com muito trabalho, atuou em todas essas frentes e soube construir uma imagem quase intocável da sua personalidade.

Homem do seu tempo, no início do século XX, tais como outros intelectuais, possuía forte referencial teórico do seu trabalho como higienista, entre os quais se destacava o papel da eugenia das raças humanas na constituição da sociedade brasileira.

José Octávio de Freitas nasceu em Teresina, Piauí, no dia 24 de fevereiro de 1871, mas veio ainda criança morar no Recife (VAINSENER, 2005). Com formação acadêmica realizada entre as Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Quando se formou, em janeiro de 1893, decidiu vir morar no Recife. E, a partir daí, sua vida profissional, não parou mais de trabalhar.

No início do século XX, quando uma epidemia de peste bubônica assolou Recife, conseguiu, pela primeira vez, efetuar o diagnóstico daquela doença (VAINSENER, 2005). Quando a “Influenza espanhola” atingiu o Recife, por via marítima, combateu a comercialização de produtos deteriorados, a falta de fiscalização nos matadouros, a precária rede de esgotos, enfim, tudo o que significasse atraso, moléstia, e pudesse ocasionar a morte. Sua preocupação era a de prevenir, sempre ensinava a população a lidar com problemas médico-sanitários, alimentares e ambientais, alertando, inclusive, para o desequilíbrio ecológico, como o derrame indiscriminado das caldas das usinas vinha causando aos rios (VAINSENER, 2005).

Freitas foi um médico sanitaria, administrador de saúde pública, escritor, jornalista e pesquisador. Nas suas aulas ele sempre abordou temas relacionados à higiene social, à profilaxia e à assistência pública. Pioneiro em Pernambuco no combate à tuberculose, também liderou campanhas de vacinação em massa, lutou em prol da higienização das cidades, e estudou várias doenças, tais como: varíola, tuberculose, coqueluche, escarlatina, malária, disenteria bacilar ou amebiana, febre íctero-hemorrágica, granuloma venéreo, leishmaniose, beribéri, sarampo, peste bubônica, febre tifoide, hanseníase e sífilis (VAINSENER, 2005).

Freitas escreveu e publicou várias obras relevantes, a exemplo de “Lições de microbiologia”; “Horas de trabalho”; “Meus doentes meus clientes”; “Problemas médicos”; “Doenças

africanas no Brasil”; “Medicina e costumes do Recife antigo”; “De calouro a médico”; “Os animais na história e na higiene”; “Clima e mortalidade”; “Histórico da luta antituberculose em Pernambuco”; “Lepra, leprosos e leprosários”; “Poeiras”; “Dietas e remédios”; “Servindo ao Rotary”; “Médicos, outras figuras e fatos do meu tempo”; “Minhas memórias de médico”; “História da Faculdade de Medicina do Recife”; “Anuário estatístico demógrafo-sanitário de tuberculose no Derby”; “O dispensário de tuberculose no Derby”. Faleceu no Recife, no dia 26 de janeiro de 1949, aos 78 anos de idade.

No Recife existem, em sua homenagem, entre outras, uma rua com seu nome; um busto de bronze nos jardins que circundam o Centro de Ciências da Saúde, no campus da UFPE; e um grande hospital (o antigo Sanatório do Sancho), destinado ao tratamento de tuberculosos, hoje chamado Hospital Geral Octávio de Freitas. Por sua vez, o nome da Liga Pernambucana Contra a Tuberculose também mudou para Centro Médico Octávio de Freitas. Seu nome foi escolhido ainda como patrono do auditório da Sociedade de Medicina de Pernambuco (VAINSENER, 2005).

É objetivo do presente trabalho, reconhecer o pioneirismo da sua ação como médico e intelectual, mas, ao mesmo tempo, apresentar uma crítica da sua representação heroica na história oficial.

2. Fundamentos dos conceitos atuais

De acordo com Futuyama (2002), raça é um termo mal definido para um conjunto de populações que ocupa uma região particular que difere em uma ou mais características das populações em outras regiões. Mesmo nos livros didáticos de genética o conceito de raça é mal definido, como podemos ver em Snustad e Simmons (2008): “um grupo distinto de organismos de determinada espécie”, um conceito no mínimo simplista, em que os autores parecem querer evitar para não incorrer em erro.

Hoje se sabe que o conceito de “raças” humanas não tem sustentação científica, não é um conceito biológico. Como escreve Munanga (2004), os progressos realizados na genética humana, biologia molecular, bioquímica, onde os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram a conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito, aliás cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estanques. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem.

Pena (2005) afirma igualmente, que há um amplo consenso entre antropólogos e geneticistas humanos de que, do ponto de vista biológico, raças humanas não existem. Em outras

palavras, as categorias “raciais” humanas não são entidades biológicas, mas construções sociais. Mas esse conceito tem sido usado não só para estudar e sistematizar as populações humanas, como também para criar um esquema classificatório que parece justificar a ordem social e a dominação de alguns grupos por outros. Assim, a persistência do conceito de raça está ligada à crença atávica de que os grupos humanos existem em uma escala de valor. A classificação de “raça” não tem um papel útil na avaliação clínica do paciente individual e que a medicina brasileira só teria a ganhar banindo “raça” de seus cânones. Mais adiante escreve Pena:

*Acredita-se que cerca de 90 mil anos atrás alguns grupos humanos emigraram da África para outros continentes, dizimando e substituindo em seu trajeto os homens de Neandertal (*Homo sapiens neandertalensis*) e outras populações arcaicas de *Homo sapiens*. Nesse cenário, todos os seres humanos atualmente vivendo na terra compartilham um ancestral africano relativamente recente. Por baixo da pele, todos nós somos africanos! As diferenças morfológicas que vemos na aparência dos humanos atuais são desenvolvimentos recentes, tendo ocorrido apenas nos últimos 50 mil a 40 mil anos (PENA, 2005, p.324).*

O conceito de raça é carregado de ideologia e sempre traz consigo algo não explicitado: a relação de poder e dominação (MUNANGA, 2004). Assim, o conceito social de raça “contamina” a sociedade e tem sido usado para oprimir e fomentar injustiças, mesmo dentro do contexto médico. Como disse Munanga (2004), é a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares (MUNANGA, 2004).

Futuyma escreve na segunda edição do seu livro “Biologia Evolutiva”, um livro didático editado no Brasil pela FUNPEC-USP:

Devido as suas implicações sociais, a genética e a evolução humanas são assuntos altamente impregnados de emoção e grande parte da literatura nesses temas é influenciada por afirmativas que não são baseadas em evidências e por suposições não verbalizadas e muitas vezes não testadas. Isso também é válido para outras áreas, mas especialmente na biologia humana tem trazido consequências perigosas. Muito da história das ideias científicas sobre raças humanas, por exemplo, tem servido para legitimar conceitos racistas de sociedade nas quais essas ideias tiveram muita influência. H.H. Goddard (1920), um pioneiro em testes mentais, “descobriu” através da aplicação de testes de QI em imigrantes, que 79% dos italianos, 83% dos judeus e 87% dos russos tinham “Inteligência abaixo da normal” e alertou para o perigo das consequências sociais da imigração devido à “caracteris-

tica fixa dos níveis mentais”, uma estabilidade ou fixidez para a qual não havia, e nunca poderia haver, um mínimo de evidência (FUTUYMA, 2002, p 531).

Esse pensamento eugênico já se configurava no discurso do filósofo inglês Herbert Spence em meados do século XIX, como bem observou Bolsanello (1996):

O Darwinismo social pode ser definido como a aplicação das leis da teoria da seleção natural de Darwin na vida e na sociedade humana. Seu grande mentor foi o filósofo inglês Herbert Spence (1820-1903), que criou a expressão “sobrevivência dos mais aptos”, que mais tarde seria utilizada por Darwin [...] A vida na sociedade humana é uma luta “natural” pela vida, portanto é normal que os mais aptos a vençam, ou seja, tenha sucesso, fiquem ricos, tenham acesso ao poder social, econômico e político; da mesma forma, é normal que os menos aptos fracassem, não fiquem ricos, não tenham acesso a qualquer forma de poder (BOLSANELLO, 1996, p. 154).

Já suas consequências no movimento eugênico no Brasil, escreve Castañeda (2003), que podem ser identificadas duas orientações pretensamente científicas do movimento eugênico (1917-37) que se estabeleceram em função da aderência às teorias de herança lamarckistas e mendelianas, acrescidas de orientações de cunho ideológico racial. A eugenia de fundamentação lamarckista é encontrada nos trabalhos de Renato Kehl, professor da Faculdade de Medicina de São Paulo e fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo. Por outro lado, a orientação mendeliana é verificada nos trabalhos de Octávio Domingues, professor da Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz. Com relação à ideologia racial, também verificam-se divergências: Kehl condenava a mistura de raças por ser um dos fatores que degeneravam a espécie humana; Domingues aceitava a miscigenação (principalmente entre brancos e negros) por ser um fator de clareamento da raça negra.

A eugenia desenvolveu-se como um movimento social, pretensamente científico, cuja meta primordial era o aprimoramento da raça humana, no Brasil ela incorporou, durante certo período, a esperança de que as condições do meio ambiente teriam repercussão sobre o patrimônio hereditário. Acreditando que a miséria e as doenças comprometiam não apenas as condições físicas e mentais dos indivíduos a elas expostos, mas também à sua prole, os defensores do saneamento clamavam pela urgência de se transformar aquela realidade. O saneamento, a educação higiênica, a boa alimentação passaram a ganhar lugar de destaque no discurso daqueles intelectuais, sendo apresentadas como medidas de caráter eugênico (SANTOS, 2003).

Assim, a eugenia, o higienismo e o racismo foram algumas das fontes inspiradoras dos intelectuais brasileiros que, no início do século XX, pensaram o país e sua população, apresentando propostas para a solução dos problemas por eles diagnosticados (STANCIK, 2005).

3. Contexto eugênico-racista das obras

Em 1883, o ano seguinte a morte de Charles Darwin, Francis Galton, seu primo, publicou o livro, *Inquiries into Human Faculty and Its Development*, no qual apresentou uma estratégia para melhorar a raça humana. Galton acreditava, baseado na teoria darwinista da seleção natural, que era possível melhorar as características humanas tais como força e inteligência através da seleção artificial, em outras palavras, pela imitação do mecanismo da seleção natural. Assim, Galton acreditava que poderia realizar em apenas algumas décadas o que a natureza vinha tentando ao longo de um grande período (MUKHERJEE, 2016).

Segundo Mukherjee (2016), Galton escreveu, “estamos muito necessitados de uma palavra breve para expressar a ciência de melhorar a estirpe”, e continua, “para dar às raças ou linhagens de sangue mais adequadas uma chance melhor de prevalecer depressa sobre as menos adequadas”, uma estratégia que o próprio Galton chamou de “viricultura”, mas que posteriormente substituiu o termo por eugenia que segundo o próprio Galton era um termo mais elegante, conveniente e oportuno, um vez que esse termo combinava o prefixo grego “eu” (bom, verdadeiro) com “gênese”, ou seja, “aquele ser de boa estirpe, hereditariamente dotado de qualidades nobres”.

Na pesquisa científica, afirmações ou suposições inconsistentes afetam diretamente a interpretação dos dados, porém, as convicções ideológicas do cientista afetam os próprios dados e o modo como eles são obtidos. No passado, alguns psicólogos acreditavam que o homossexualismo era “não natural” e “patológico” e através de um estudo de uma amostra viciada de homossexuais que estavam sendo submetidos a tratamento psiquiátrico “provaram” que os homossexuais são neuróticos e desajustados (FUTUYMA, 2002).

Sobre os eugenistas, Siddhartha Mukherjee transcreve um trecho do trabalho de G.K. Chesterton, *Eugenics and Other Evils*:

Os eugenistas são, em sua maioria, eufemistas. Quero dizer meramente que se sobressaltam com palavras curtas enquanto se tranquilizam com palavras longas. E são totalmente incapazes de traduzir umas para as outras. (...) Diga a eles: “O (...) cidadão deve (...) garantir que o bônus da longevidade nas gerações precedentes não se torne desproporcional e intolerável, em especial para as mulheres”; diga isso a eles e se balançarão de leve para frente e para trás. (...) Diga a eles “assassine sua mãe”, e eles se aprumarão na cadeira de supetão (MUKHERJEE, 2016, p. 84).

As pesquisas, atualmente, indicam que as doenças que proliferaram nas Américas portuguesa e espanhola foram resultado do intenso tráfego colonial e contatos entre diversos povos, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Alguns intelectuais, principalmente médicos, propalavam, em seus artigos e livros, que as origens das enfermidades do Brasil tiveram como berço a África. Esta concepção contribuiu para a construção de um imaginário sobre as origens africanas das doenças brasileiras e, ao mesmo tempo, para consolidar uma visão extremamente negativa acerca da África (ABREU, 2005).

Uma obra que nos possibilita visualizar com maior clareza a aproximação de Freitas com teorias raciais é o Livro “Doenças Africanas no Brasil”, publicado em 1935 pela Companhia Editora Nacional. Essa obra foi realizada a convite de Gilberto Freyre para compor o quadro de estudos para o I Congresso Afro-Brasileiro, que ocorreu entre os dias 11 e 16 de novembro de 1934, no Teatro de Santa Isabel, na capital pernambucana. Os argumentos ideológicos, eugênicos e racistas articulados pelos nazistas, influenciaram também os intelectuais e a imprensa brasileira. Ao mesmo tempo realizava-se no Recife o Congresso Afro-brasileiro, idealizado e organizado por Gilberto Freyre, que à sua maneira, procurava abordar os aspectos positivos da miscigenação. (GOUVEIA, 2017).

O livro de Octávio Freitas insere-se na perspectiva dos médicos sanitaristas que foram publicadas entre o fim do século XIX e início do século XX. Saliente-se que o autor escreveu outras obras que datam do início do século XX e que seu estudo é fundamentado nos estudos de outros médicos sanitaristas, o que nos permite concluir que “Doenças africanas no Brasil” não é uma obra isolada, na medida em que reflete toda uma concepção sobre a influência racial das doenças no Brasil (ABREU, 2005).

Influenciado por uma concepção oriunda da “geografia médica”, escreve sobre a epidemia da “Influenza” (Gripe Espanhola) em Pernambuco: “vindo não se sabe bem de onde, apesar de proclamarem-no originário da Pérsia ou da Sibéria - deste temeroso Oriente tido como berço de todas as grandes epidemias...” (FREITAS, 1918). Nesse contexto, Bruno Marcio Gouveia escreve em seu artigo intitulado “Octavio de Freitas e as crônicas médicas

em Pernambuco”, referindo-se a literatura médica que deixava evidente a tentativa de medicalizar a sociedade:

É preciso esclarecer que em princípios do século XX, estava buscando-se construir uma sociedade moderna e segundo esse ponto de vista seria necessário o redirecionamento de novas condutas, em sintonia com os novos preceitos de higiene, contudo diversas práticas higienistas ocorreram de forma autoritária e excludente, favorecendo padrões de comportamento vinculados a grupos elitistas que almejavam continuar exercendo seu lugar de dominação social (GOUVEIA, 2020, p. 220).

De acordo com Gouveia (2020), a medicina no início do século XX no Brasil tentava a todo custo substituir as terapias oriundas dos saberes populares tradicionais pela terapia alopática, e que Octávio de Freitas em suas crônicas objetivou divulgar os preceitos e os benefício da medicina alopática.

Ao se localizar a “geografia médica do mal”, no continente africano, e ao associar as doenças à promiscuidade dos negros, autores como Freitas acabavam por reforçar a ideia de que grande parte dos problemas do Brasil estava relacionada com a questão racial. O determinismo racial das doenças encontrava respaldo na literatura médica produzida no Brasil desde o século XIX (ABREU, 2005).

Como escreve no seguinte trecho:

Contem e cantem os outros os bons efeitos desta raça infelicitada pelas circunstâncias mesológicas e sociais em que vivia, que eu irei pondo “um pouco de água fria” nestes entusiasmos, muito justos talvez, fixando nestas aguadas páginas o mal que o colono africano introduziu em nosso país.

Eu sei, e proclamarei bem alto. que não foi ele o culpado dessa infestação de nossas terras pelas doenças de que foi o portador involuntário, e sim os que, por cobiça e por interesses pecuniários, conduziram atabalhoadamente os pretos africanos para as nossas plagas, sem exame prévio de suas condições de saúde e sem o menor cuidado, e isto é, com a maior franqueza, que declaro (FREITAS, 1935, p.30).

Esse pensamento de Octávio de Freitas se enquadra bem na análise feita por Maria Augusta Bolsanello do panorama socioeconômico dos períodos da escravidão e pós-escravidão no Brasil:

Analisando-se o panorama socioeconômico do período da escravidão e pós-escravidão no Brasil e as receptividades que tiveram as ideias do darwinismo social, da eugenia e do racismo “científico” entre a intelectualidade brasileira, infere-se que, na realidade, estas ideias se caracterizavam por um discurso ideológico muito cômodo, no sentido de mascarar a realidade social, impedindo a percepção desta realidade e do modo de produção das relações sociais, com fins únicos de domínio e expropriação (BOLSANELLO, 1996, p. 162).

Segundo Souza e Carvalho (2015), Freitas apresenta em sua narrativa uma certa ambivalência ao interpretar a migração de doenças ao Brasil apontando como a causa de tais doenças ora a fatores ambientais ora a fatores raciais, associando-as ao negro escravizado. No entanto, esse pensamento não era exclusivo de Freitas uma vez que estava presente nas obras de diversos autores da época.

A ideia defendida por Freitas é que além das doenças, os africanos influenciaram de forma negativa na formação da raça brasileira, levando à formação de um corpo mestiço da nação, debilitado e indefeso. A fraqueza do organismo levaria, por sua vez, à uma raça triste e apática, sendo essa apatia e tristeza elementos negativos na formação do caráter nacional tal como simbolizada pela imagem do “Jeca-Tatú” de Monteiro Lobato (ABREU, 2005).

Pode causar certa surpresa constatar-se que intelectuais como Monteiro Lobato (1882-1948), celebrizado por seus personagens infantis, entre muitos outros nomes de prestígio e projeção na sociedade brasileira, incluiu-se entre os defensores do movimento eugênico (STANCIK, 2005).

A tese defendida por Freitas está inserida em um contexto histórico específico: a afirmação da construção da ideia de uma nação civilizada, branca e higienizada em contraposição a uma Colônia promíscua, mestiça, insalubre. Por outro lado, é preciso evidenciar que os estudos, como o de Freitas, acabaram por influenciar em uma determinada imagem da África negra: uma terra insalubre, portadora de doenças e de vícios como a luxúria e a promiscuidade (ABREU, 2005)

No seu livro “Doenças africanas no Brasil”, Freitas (1935) relacionou as seguintes doenças, que, segundo ele, foram trazidas pelos africanos para o Brasil: Mácúlo (inflamação do ânus), Boubas (pústulas tegumentares), Gundú (excrecências ósseas nasais), Frialdade (amarelão, ancilostomose), Bicho da Costa (dracunculíase), Ainhum (lesão nos dedos mínimos dos pés), Bicho dos pés (tungíase), Disenteria mansoniana (esquistossomose intestinal), Alastrim (forma benigna de varíola), Filárias (filariose linfática (elefantíase), Mosquitos africanos (*Anophclcs* (paludismo), *Stegomya* (*Aedes aegypti*) (febre amarela), *Culex* (filariose) e

Teniorhynchus (Aedes taeniorhynchus) (esta última espécie de mosquito nada tem a ver com doenças humanas, pois habitualmente suga o sangue de répteis).

O racismo de Freitas, também está expresso em alguns capítulos finais do seu livro “Medicina e Costumes do Recife Antigo”, tais como no capítulo intitulado “O homem da rua do Padre Muniz”, quando afirma:

O Recife foi, sem contestação, durante largo tempo do século XIX, um viveiro dos mais desabusados curandeiros que viviam entre nós com toda a tranquilidade, empanturrando com as suas drogas a um número considerável de indivíduos os quais, uma vez achacados por qualquer doença, preferiam procurá-los a recorrerem aos médicos de verdade. Paula Portão, o Homem do Dedo, o Bento Milagroso e uns quantos outros da mesma catadura fizeram boa colheita no Recife (FREITAS, 1943, p.164).

Referindo-se ao homem da rua Padre Muniz, escreve: “Este sujeito pardavasco de meia idade era um espertalhão...” (p.164). Noutro capítulo sobre “O preto Manuel”, escreve: “O matreiro pretinho fez constar a meio mundo que era possuidor de uma fórmula medicamentosa...” (p.167). E por aí vai, com conotações racistas, confundindo práticas de saúde populares com os verdadeiros charlatães, que comerciavam medicamentos.

Percebe-se aqui a elaboração para desqualificar as práticas populares ligados à cura. Freitas, assim como a imprensa da época, utilizava-se de termos depreciativos, como embusteiros, feiticeiros e charlatães para se referir a esses personagens (GOUVEIA, 2017).

Freitas encerra o seu livro, acreditando que, com a Fundação da Faculdade de Medicina do Recife, iniciava-se um novo capítulo na consolidação dos ideais da medicina científica, a qual ele denominava de “divina ciência”. Todavia, os saberes populares ligados à saúde encontraram caminhos para resistir e se reinventar, atravessando séculos e se fazem presentes até hoje (GOUVEIA, 2017).

Segundo Santana e Santos (2016), essas teorias das desigualdades raciais chegaram ao Brasil quando estava em curso a reconstrução do Estado neoliberal republicano e, nessa conjuntura, a mestiçagem tornou-se rapidamente alvo dos intelectuais brasileiros, juntamente com a presença de negros e índios, apontados como os principais entraves para a ascensão do país ao mundo civilizado. Nara Santana e Ricardo Augusto dos Santos afirmam em seu artigo intitulado “projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX, publicado na “Revista Estudios Sociales”:

Amparados nos postulados científicos que foram difundidos no Brasil: ideias natu-

ralistas, cientificistas, positivistas e evolucionistas, influenciaram o pensamento brasileiro a partir dessas concepções europeias. Assim como a teoria das desigualdades raciais apontava para o problema racial, o determinismo geográfico apontava para a influência do meio para a adequação do homem ao trabalho e à civilização (SANTANA e SANTOS, 2016, p. 29).

É importante destacar uma contradição entre a teoria das desigualdades raciais e os postulados científicos já bem definidos no início do século XX, principalmente a teoria da evolução das espécies: a teoria sintética da evolução estabeleceu que a **variabilidade** era o cerne da evolução biológica. Assim, a afirmativa de que a mestiçagem, o negro e o índio são os problemas que travam a civilidade de um povo vai de encontro a esse postulado científico. Este pensamento parece que retrocede à filosofia essencialista, a um bom tempo abandonada pelo pensamento científico.

Embora o racismo e eugenismo estejam evidentes na obra de Octávio de Freitas, Vainsencher (2005) afirma que ele em sua carreira atuava contra os privilégios de classes ou discriminação racial, nomeou um médico negro, Dr Vicente Gomes, para atuar junto às camadas carentes da população promovendo a vacinação.

Vainsencher (2005) destaca o senso de justiça e o entusiasmo de Octávio de Freitas pelo abolicionismo, classificando-o como um homem “apaixonado pelo sentimento de justiça, um grande entusiasta do abolicionismo, tendo participado de comícios liderados por Joaquim Nabuco, José de Patrcínio e José Mariano.”

É importante salientar que em 13 de maio de 1888, quando a princesa Isabel assinou a lei Aurea e aboliu a escravatura, Octávio de Freitas era um jovem de 17 anos de idade, e que o entusiasmo abolicionista era natural na juventude da época. Embora não se questione a sua competência profissional, o racismo e o eugenismo estão presentes na literatura médica produzida por Octávio de Freitas.

Considerações finais

Souza e Carvalho (2015) comentam uma certa ambivalência entre raça e ambiente no livro “Doenças Africanas no Brasil” (1935). Entretanto, diríamos mais, a sua ambivalência, ora se manifesta entre raça e ambiente, ora entre raça e causas sociais.

No Recife, há um exagerado processo de “heroificação” sobre a atuação de Freitas na vida pública. Há um processo de tensão entre o que é real e o que é fruto de um processo de idealização nessas narrativas elaboradas em torno de uma personagem emblemática como

Freitas (GOUVEIA, 2017). Assim, são construídos os ícones na história oficial.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jean Luiz Neves. Das enfermidades e dos saberes sobre o corpo dos africanos no Brasil: historiografia, práticas e apropriações. In: *História e Perspectivas*, n.32/33, p.179-194, 2005.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras. In: *Educar*. n. 12, p. 153-165, 1996.

CASTAÑEDA, Luzia Aurélia. Eugenia e casamento. In: *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, v. 10, n. 3, p. 901-30, 2003.

FREITAS, Octávio. Relatório dos Serviços Efectuados Durante a Epidemia da “Influenza”; Apresentado em 25 de novembro de 1918 ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Estado pelo Diretor de Hygiene Dr. Octavio de Freitas. Recife: Typ. da Imprensa Official, 1918.

FREITAS, Octávio. *Doenças Africanas no Brasil*, Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1935.

FREITAS, Octávio. *Medicina e costumes do Recife Antigo*. Recife: Imprensa Industrial, 1943.

FUTUYMA, Douglas. *Biologia Evolutiva*. Ribeirão Preto, FUNPEC-PR, 2002.

GOUVEIA, Bruno Márcio. *Escritos e práticas na trajetória do médico Octávio de Freitas no Recife*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Recife 2017.

GOUVEIA, Bruno Marcio. Octávio de Freitas e as crônicas médicas em Pernambuco. In: *Temporalidades - Revista de História*. Edição 33, v 12, n 2, p. 208-223 2020.

MUKERJEE, Siddhartha. *O gene*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 666p.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, A. A. P. (org.) *Cadernos Penesb* (5). Niterói: Ed. UFF. p. 15-34, 2004.

PENA, Sérgio D. J.: Razões para banir o conceito de raça da medicina brasileira. In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 12, n. 1, pp. 321-46, 2005.

SANTANA, Nara M. C.; SANTOS, Ricardo Augusto. Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX. In: Revista de Estudios Sociales. v. 58, p. 28-38, 2016.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. “Lobato, Os Jecas e a Questão Racial no Pensamento Social Brasileiro.” Achegas.net 1 (7), May 2003. Electronic document,

http://www.achegas.net/numero/sete/ricardo_santos.htm.

SOUZA, Breno Sabino Leite de; CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. Sua ambivalência entre o racismo e as causas sociais bons ares, maus colonos: ambivalência entre raça e ambiente em Doenças Africanas no Brasil de Octavio de Freitas. In: Hist. R. v. 20, n. 3, p. 80-97, 2015.

STANCIK, Marco Antonio. Os jecas do literato e do cientista: movimento eugênico, higienismo e racismo na primeira república. Publ. UEPG Humanit. Sci., Appl. Soc. Sci., Linguist., Lett. Arts, v. 13, n. 1, p. 45-62, 2005

VAINSENER, SemiraAdler. Octávio de Freitas. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em: 29/06/2020.